

# Caracterização dos profissionais de saúde em Portugal

## Parte I – Quantos somos e quem somos

JOSÉ MARTINS\*, ANDRÉ BISCAIA\*\*, CLÁUDIA CONCEIÇÃO\*\*,  
INÊS FRONTEIRA\*\*, FÁTIMA HIPÓLITO\*\*,  
MARGARIDA CARROLO\*\*, PAULO FERRINHO\*\*

Este é a primeira parte do segundo de uma série de artigos sobre Recursos Humanos na Saúde em Portugal, iniciada no número da Revista de Maio/Junho 2003. Esta série é da responsabilidade do Observatório de Recursos Humanos da Saúde da AGO - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação Garcia de Orta.

### Introdução

Para definir políticas e estratégias e para gerir e desenvolver o capital profissional no sector da saúde é preciso conhecer as pessoas que nele trabalham: quantas são, como têm evoluído, onde estão, como se sentem, o que fazem e que competências têm<sup>1</sup>. É este conjunto de questões que tentaremos abordar, recorrendo a fontes diversas que nos possibilitem uma visão caleidoscópica da realidade.

À luz da definição de sistema de saúde do Relatório de 2000 da Organização Mundial da Saúde<sup>2</sup>, consideramos recursos humanos da saúde/capital humano da saúde,

de, todas as pessoas envolvidas em actividades cujo principal objectivo seja a promoção, protecção ou a melhoria da saúde das pessoas e das comunidades. No entanto, neste trabalho, os dados apresentados e analisados, abarcam apenas uma parte do sector (Quadro I), deixando de fora partes significativas relativamente às quais não são recolhidos quaisquer dados ou então não o são com a regularidade necessária, reflectindo-se na ausência de fontes de dados disponíveis e necessariamente na impossibilidade de tratar todo o universo dos profissionais de saúde<sup>1</sup>.

Na primeira parte deste artigo iremos caracterizar a força de trabalho no sector da saúde em Portugal. Concentrar-nos-emos depois nos efectivos integrados no Serviço Nacional de Saúde (SNS),

abordando questões como: quantos são os profissionais de saúde; a sua evolução ao longo dos anos, a sua idade, sexo e nacionalidade.

Na segunda parte deste trabalho serão descritas a distribuição regional e por sectores onde os profissionais exercem a sua actividade, sendo também tratadas questões como o duplo emprego, a satisfação profissional, o risco profissional e o absentismo. Será ainda efectuada a discussão global da situação descrita em ambas as partes do artigo.

### Quantificação da Força de Trabalho da Saúde

Consoante a óptica em que nos colocamos e face às fontes disponíveis, podemos confrontarmo-nos com informação inconsistente sobre a dimensão da força de trabalho no sector da saúde.

Se considerarmos os dados do Recenseamento Geral da População de 2001<sup>3</sup>, verificamos que, a nível nacional, 174.963 indivíduos exerciam uma actividade classificada na rubrica «Actividades de saúde humana» de acordo com a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas<sup>4</sup>, valor que corresponde a 3,76% da população residente empregada, ocupando o quarto lugar entre os ramos de actividade económica com maior número de profissionais, após o sector da «construção», do «comércio a retalho» e da «administração pública em geral» (Quadro II). Ao desagregarmos este valor, de acordo com a classificação nacional das profissões em vigor, identificamos 36.258 «médicos e profissões similares»; 36.561 enfermeiros; 7.383 «técnicos das ciências da vida e da saúde»;

\*Direcção-Geral da Saúde,  
Ministério da Saúde.

\*\*Associação para o Desenvolvimento e  
Cooperação Garcia de Orta (AGO), Lisboa

**QUADRO I**

**GRUPOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**

**CARREIRAS ESPECÍFICAS**

**Médicos**

Carreiras: clínica geral, saúde pública e hospitalar. Ao nível hospitalar há 45 especialidades.

**Enfermeiros**

Especialidades: saúde materna e obstetrícia, médico-cirúrgica, reabilitação, saúde comunitária, saúde mental e psiquiatria, saúde infantil e pediatria.

**Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica**

Áreas: análises clínicas e saúde pública, anatomia patológica, citológica e tanatológica, audiologia, cardiopneumologia, dietética, farmácia, higiene oral, fisioterapia, medicina nuclear, neurofisiologia, ortoprotesia, ortóptica, radiologia, radioterapia, saúde ambiental, terapia da fala, terapia ocupacional.

**Técnicos Superiores de Saúde**

Áreas: engenharia sanitária, farmácia, física hospitalar, genética, laboratório, nutrição, veterinária, psicologia clínica.

**Administradores Hospitalares**

**Pessoal dos serviços gerais**

Áreas: acção médica, alimentação, tratamento de roupa, aprovisionamento e vigilância.

**CARREIRAS DO REGIME GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Carreira técnica superior**

Áreas: assistentes sociais, juristas, economistas e engenheiros

**Carreira técnica**

Áreas: técnicos de contabilidade, engenheiros técnicos, etc.

**Carreira técnico profissional**

Áreas: técnicos de electromedicina, secretárias de unidade de saúde, etc.

**Carreira de assistente administrativo**

**Carreira de tesoureiro**

**Carreiras de pessoal operário**

**Carreiras de pessoal auxiliar**

Áreas: motorista de pesados, motorista de ligeiros, telefonista, operador de reprografia, auxiliar administrativo)

Fonte: Rodrigues L. Compreender os recursos humanos do serviço nacional de saúde. Lisboa: Edições Colibri; 2002

16.592 «profissionais técnicos da medicina» e 44.909 «vigilantes, assistentes médicos e trabalhadores similares», estando os restantes distribuídos por sectores como o ensino, a investigação, a comercialização e outros. Esta fonte é abrangente, sendo por este facto utilizada frequentemente para se conhecer o peso da actividade da saúde face às restantes. É sobretudo um instrumento que, combinado com outras fontes, permite

aferir a validade dos dados disponíveis. Da consulta às estatísticas da saúde de 2000<sup>5</sup> em que os dados são obtidos através de questionários dirigidos aos hospitais, centros de saúde e postos médicos, obtemos um total de 140.715 de postos de trabalho preenchidos (e não indivíduos) nos estabelecimentos de saúde. Este valor global parece-nos contudo inverosímil, dado que resulta do somatório do pessoal de saúde dos hospitais pú-

blicos e privados (106.335 no total do país e 100.532 no continente), dos centros de saúde (29.083 no total do país e 26.362 no continente) e dos postos médicos (5.297 no total do país e 5.093 no continente). O somatório do pessoal médico que a nível do continente exerce a sua actividade nestes três tipos de instituições é de 27.755, do pessoal de enfermagem é de 37.711, sendo para os técnicos de diagnóstico e terapêutica 7.254. Esta abordagem peca por uma dupla/múltipla contagem que incide sobre os elementos que prestam serviço no sector público e privado.

Se nos confrontarmos com a informação do Ministério da Saúde é-nos possível quantificar os dados relativos à distribuição dos recursos humanos por grupos profissionais, carreiras e categorias profissionais, grupos etários, e também tipo de estabelecimentos, regiões e sub-regiões de saúde, com níveis de detalhe extremamente valiosos para qualquer tipo de estudo sobre este tema. Ao consultarmos os dados da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Enfermeiros, para 1999, (Quadro III) obtemos ainda outros valores.

Desta apreciação depreende-se que a partir destas fontes não é possível dimensionar uma parte significativa dos profissionais da saúde, ou sejam, aqueles que exercem a sua actividade em exclusivo no sector privado e identificar aqueles que a exercem em múltiplos locais.

Por outro lado, vários «subsistemas de saúde» públicos e privados têm profissionais de saúde ao seu serviço, a tempo inteiro ou parcial, com vínculos de natureza diversa, desconhecendo-se igualmente o seu número. Entre os

## QUADRO II

## POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA, POR RAMO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA, em 2001

Ramos de actividade económica	População Empregada
Construção de edifícios (no todo ou em parte). Engenharia civil	506.706
Comércio a retalho de outros produtos novos em estabelecimentos especializados	312.875
Administração pública em geral, económica e social	221.989
Actividades de saúde humana	174.963
Ensino básico (2º e 3º ciclos) e secundário	170.188
Agricultura	161.219
Confecção de outros artigos e acessórios de vestuário	142.603
Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e protecção civil	131.200
Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco em estabelecimentos especializados	101.197
Restaurantes	101.595

Fonte: Censos 2001, Resultados definitivos: XIV Recenseamento Geral da População; IV Recenseamento Geral da Habitação

## QUADRO III

NÚMERO DE MÉDICOS E ENFERMEIROS  
REGISTADOS NA ORDEM DOS MÉDICOS  
E ORDEM DOS ENFERMEIROS, 1999

	Médicos	Enfermeiros
Portugal	31.758	37.487*
Continentes	30.943	35.107

Fonte: Ordem dos Médicos e Ordem dos Enfermeiros  
\* Em 31.12.2000

subsistemas públicos destacam-se a ADSE (Assistência na Doença aos Servidores Cívicos do Estado), os Serviços Sociais do Ministério da Justiça e os três «subsistemas» de saúde das forças armadas. Entre o sector privado mais representativo, destacam-se, os SAMS (Serviços de Assistência Médico-Social do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas), e também o sistema da PT (Portugal Telecom). Dentro da diversidade dos «subsistemas», uns são apenas financiadores, outros dispõem de serviços prestadores de cuidados, havendo também a situação em que o subsistema é prestador e financiador.

Refiram-se também, entre ou-

tras instituições do sector privado destinadas à prestação de cuidados, os serviços e equipamentos para idosos, os quais englobavam 1.341 Centros de Dia e 405 Centros de Convívio em 1997, tutelados pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social<sup>6</sup>. Dispõem de cuidados de saúde prestados por médicos e enfermeiros, os quais são assegurados ou através de protocolos (41% dos serviços médicos e 38% dos serviços de enfermagem), ou através de pessoal com vínculos de natureza diversa às instituições (37% das instituições têm médicos vinculados à própria instituição, sendo os cuidados de enfermagem, em 46% dos casos, prestados também por pessoal pertencente à própria instituição).

Tenhamos, ainda, em conta que aproximadamente um milhão e meio de portugueses dispõem de seguros de saúde/doença, quer individuais (37,6%) quer de grupo (62,4%)<sup>7</sup>, acedendo aos cuidados médicos prestados/contratados com a empresa seguradora. Sobre os profissionais de saúde associados a estas seguradoras não temos

dados fidedignos.

A diversidade de informação não constitui no entanto um impedimento à elaboração de abordagens mais profundas do tema em questão. Devemos no entanto balizar o nosso trabalho quanto às fontes a utilizar, conhecendo a sua abrangência e os nossos objectivos. Este artigo abarca a partir de agora apenas os profissionais em exercício no Serviço Nacional de Saúde (SNS), e tem como fonte principal a informação produzida e divulgada pelo Ministério da Saúde.

### Caracterização dos Profissionais de Saúde do SNS

#### Quantos somos

##### NUMERO DE EFECTIVOS

Ao debruçarmo-nos sobre os recursos humanos do Ministério da Saúde, em 1999, estamos perante um universo de 120.023 profissionais<sup>8</sup>. Os médicos totalizam 23.934, o pessoal de enfermagem é constituído por 32.813 efectivos, sendo os técnicos de diagnóstico e de terapêutica 6.399. Para 1999 identificam-se também 3.366 técnicos superiores, dos quais 1.229 são técnicos superiores de saúde. Os três grupos profissionais mais directamente envolvidos nos cuidados de saúde (médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e de terapêutica) equivalem a 52,6% dos efectivos do Ministério da Saúde, sendo sobre eles que faremos incidir a nossa atenção. Dos restantes grupos profissionais, destacam-se pelo seu maior número, o pessoal dos serviços gerais que engloba 25.822 efectivos (21,5%), e o pessoal administrativo constituído por 17.325 efectivos (14,4%).

**EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS DE SAÚDE NO PERÍODO 1985-1999**

No período de 1985-1999, o número de efectivos do SNS, na sua totalidade, cresceu 36,6%. Por grupos profissionais, o pessoal médico cresceu 32%, o pessoal de enfermagem 60,9% e os técnicos de diagnóstico e de terapêutica 74,8%. Em igual período, a evolução do restante pessoal manteve-se estável, tendo-se verificado até uma redução no período 1992-1996, variando em relação ao total de efectivos entre 41,5 % em 1985 e 47,4 em 1999 (Quadro IV).

Ao longo do período em referência, a evolução dos três grupos profissionais mais diferenciados foi sempre crescente, em detrimento das profissões com menor grau de diferenciação técnica. No caso do pessoal médico, verifica-se um crescimento médio anual de 2,1%, o qual foi significativamente mais expressivo em 1988, 1989, 1997 e 1999, com acréscimos anuais superiores a 700 profissionais, verificando-se para os anos 1987, 1992 e 1998 uma redução dos efectivos em relação aos anos imediatamente anteriores.

O pessoal de enfermagem manteve ao longo do período um crescimento médio anual de 4,1%, apro-

ximadamente 800 profissionais por ano. Verificou-se um crescimento mais acentuado no triénio 1986-1988, atingindo neste último ano 9,1%, seguindo-se valores mais moderados até 1994-1995, anos em que igualmente ocorreram acréscimos significativos.

Em relação aos técnicos de diagnóstico e de terapêutica, o crescimento médio anual foi cerca de 5%, o que equivale a cerca de duas centenas anualmente.

Globalmente assistiu-se também à observação de taxas de admissão (relação entre o número de trabalhadores admitidos e o efectivo global) significativas, que em 1998 atingiram 11,37%, e em 1999, 11,18%. Já as taxas de saída (relação entre as saídas e o efectivo global), para os mesmos anos, cifraram-se respectivamente em 8,41% e 8,92%<sup>9</sup>.

**Quem somos**

**CARACTERÍSTICAS SOCIO-DEMOGRÁFICAS**  
Os efectivos do Ministério da Saúde, em 1999<sup>8</sup>, eram predominantemente mulheres (73%), com uma idade média de 42,3 anos, tendo 73% dos enfermeiros e dos técnicos de diagnóstico e de terapêutica e 56% dos médicos menos de 44 anos. Também neste ano, nos cen-

tros de saúde, a taxa de feminização, atingia 76,1% e nos hospitais 72%.

Quanto à distribuição etária referia-se que a idade média é igualmente mais elevada nos centros de saúde (45,2 anos) do que nos hospitais (41,4 anos).

Segundo a Ordem dos Médicos, em Janeiro de 2001, estavam inscritos 34.460 médicos, dos quais 15.117 (43%) do sexo feminino e 19.343 (57%) do sexo masculino. Todavia, no grupo etário inferior a 45 anos 56% dos médicos são do sexo feminino, e no grupo dos médicos abaixo dos 35 anos este número ascende a 62%. Esta tendência irá certamente acentuar-se já que 69% dos estudantes de medicina em Portugal são de sexo feminino<sup>10</sup>. Por outro lado, mantém-se ainda o predomínio masculino nas especialidades cirúrgicas e nos cargos dirigentes<sup>10</sup>.

**PROFISSIONAIS DE SAÚDE ESTRANGEIROS EM PORTUGAL E NO SNS**

De acordo com a Ordem dos Médicos, no ano de 2002, cerca de 8% dos seus inscritos eram cidadãos estrangeiros, num total de 2.702 médicos – 1.823 da União Europeia, 401 dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), 328 do Brasil e 150 de outras nacionalidades.

A Ordem dos Enfermeiros apresenta em Abril de 2003 um total de 1.991 cidadãos estrangeiros inscritos. A Ordem dos Farmacêuticos tinha entre os seus membros 64 estrangeiros inscritos no início de 2003. No início de 2003, a Ordem dos Médicos Dentistas incluía 731 cidadãos estrangeiros inscritos, correspondendo 72% a profissionais de origem brasileira.

Em 2002, o SNS de Saúde contava entre os seus efectivos 1.262

**QUADRO IV**

**EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE NO PERÍODO 1985-1999\***

Grupos profissionais	ANOS			
	1985	1990	1995	1999
Pessoal médico	18.247	20.574	22.539	23.934
Pessoal de enfermagem	20.695	24.973	29.685	32.813
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	3.660	4.738	5.513	6.399
Restante pessoal	45.255	50.585	50.213	56.877
Total	87.857	100.870	107.950	120.023

\* Inclui o pessoal dos quadros e o pessoal em regime de contratos administrativos de provimento, com contratos a termo certo, as situações de aquisição de serviço e os contratos de avença.

Fonte: Departamento de Recursos Humanos da Saúde, Recursos Humanos da Saúde 1985-1998; Balanço Social Global do Ministério da Saúde 1999.

médicos, 1.310 enfermeiros e 40 técnicos de saúde estrangeiros num total de 2.612 elementos. Destes, aproximadamente 60% eram do sexo feminino, sendo a percentagem de mulheres mais elevada entre os profissionais de enfermagem (70%) e mais baixa entre os médicos (50%). Não se observam variações notórias na distribuição do sexo entre profissionais vindos de diferentes nacionalidades.

A maioria dos estrangeiros a trabalhar no SNS tem a nacionalidade de um dos estados que constituem a União Europeia: 56% dos médicos, 80% dos enfermeiros e 32% dos técnicos. A seguir à União Europeia surgem os cidadãos dos PALOP com 28% dos médicos, 13% dos enfermeiros e 50% dos técnicos de diagnóstico e de terapêutica. Embora tradicionalmente os profissionais oriundos dos PALOP tenham representado a maior fracção de profissionais estrangeiros a trabalhar no SNS, nos últimos cinco anos têm vindo a ser ultrapassados por cidadãos da União Europeia, de acordo com os seguintes crescimentos percentuais (período de 1998-2002): 111% para médicos da União Eu-

ropeia face a 8% de médicos dos PALOP (os profissionais espanhóis correspondem a 93% do número total de médicos da União Europeia); 1969% para enfermeiros da União Europeia face a 21% de enfermeiros dos PALOP (os profissionais espanhóis correspondem a 94% do universo de enfermeiros da União Europeia); 117% para técnicos de diagnóstico e de terapêutica da União Europeia face a um decréscimo de 38% dos técnicos dos PALOP (os profissionais espanhóis correspondem a 47% do total de técnicos de diagnóstico e de terapêutica da União Europeia).

### **Referências Bibliográficas**

1. Biscaia A, Conceição C, Martins J, Ferrinho P. Política e gestão dos recursos humanos na Saúde em Portugal – controvérsias. *Rev Port Clin Geral* 2003; 19:281-9.
2. World Health Organization. The World Health Report 2000 - Health systems: improving performance. Genève: WHO; 2000.
3. Instituto Nacional de Estatística. Censos 2001, Resultados definitivos: XIV Recenseamento Geral da População; IV Recenseamento Geral da Habitação. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística; 2001.
4. Instituto Nacional de Estatística.

Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE-REV.2). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística; 1992.

5. Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas da Saúde, 2000. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística; 2002.

6. Ré O, Martins AC, Dias ES, Ramos E et al. Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos. Lisboa: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade; 2000.

7. Instituto de Seguros de Portugal. Estatísticas de Seguros, 2000. Lisboa: Instituto de Seguros de Portugal; 2002.

8. Departamento de Recursos Humanos da Saúde. Balanço Social Global do Ministério da Saúde. Lisboa: Departamento de Recursos Humanos da Saúde; 1999.

9. Rodrigues L. Compreender os recursos humanos do Serviço Nacional de Saúde. Lisboa: Edições Colibri; 2002.

10. Machado MC. A feminização da medicina. *Análise social* 2002; XXXVIII (166):127-37.

Recebido para publicação em: 20/10/03  
Aceite para publicação em: 24/10/03

### **Endereço para correspondência**

AGO - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação Garcia de Orta  
Rua Frederico Perry Vidal, Bloco 9, 1º piso  
1900-240 Lisboa  
E-mail: nop26631@mail.telepac.pt